

A construção da noção de “autonomia” nos CAPS II: uma etnografia da experiência e os processos de subjetivação relacionados à perspectiva da GAM.¹

Stephanie da Motta Virginio (PPGCS-UFSM/RS)²

Palavras-chave: Autonomia. Noção de pessoa. CAPS. Gestão Autônoma da Medicação.

RESUMO: O presente trabalho consiste em um fragmento da pesquisa em curso, desenvolvida para a dissertação de mestrado no PPGCS/UFSM. A pesquisa busca compreender a noção de pessoa, face aos processos de subjetivação que se apresentam experienciados através de grupos terapêuticos nos CAPS II (Centros de Atenção Psicossocial), em Santa Maria/RS. Esses grupos adotam a estratégia da Gestão Autônoma da Medicação (GAM) no contexto do tratamento farmacológico em saúde mental. A investigação se concentra na interação entre a construção da pessoa e as práticas terapêuticas orientadas pela GAM nos CAPS. Este ponto de partida cria condições para uma reflexão acerca do estatuto da *pessoa* como categoria analítica do sujeito no campo antropológico, assim como possibilita uma provocação para o alargamento da noção, ao engendrar a categoria analítica do sujeito com formas singulares de subjetivação. Mediante análise crítica acerca das configurações de pessoa e no modo como se apresentam os processos de produção de subjetividade experienciados, a prática do desenho de mapas em intensidade emerge no contexto da pesquisa de campo. Por meio da experimentação artística, a pesquisa etnográfica é composta enquanto textualidade implicada em arte, assim, representa uma abordagem viável para acessar variadas dimensões do pensamento, da imaginação e da expressão criativa, oferecendo um potencial significativo para a reflexão acerca de itinerários vividos, estratégias cotidianas, rituais, percepções terapêuticas ligadas às diferenças no modo de experiência no mundo. A tarefa torna-se, então, explorar as modalidades de relação consigo, com o outro e as diferentes formas de experimentar e perceber a produção desses processos, delineados para além do modelo de sujeito individualizado que se normatizou como universal.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024), realizada entre os dias 23 a 26 de julho de 2024.

GT 023: Antropologia e saúde mental: sofrimento social e (micro)políticas emancipatórias

² Autores: Stephanie da Motta Virginio, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Email para contato: : stephanie.virginio@acad.ufsm.br;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da mesma proposta de minha pesquisa de mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. A pesquisa busca compreender a categoria analítica *noção de pessoa* face aos processos de subjetivação que se apresentam experienciados através de grupos terapêuticos nos CAPS II (Centros de Atenção Psicossocial), em Santa Maria/RS. Esses grupos adotam a estratégia da Gestão Autônoma da Medicação (GAM), no contexto do tratamento farmacológico em saúde mental. Este trabalho, como fragmento da pesquisa em curso, se concentra na reflexão sobre a construção da pessoa autônoma, nos contextos terapêuticos orientados pela estratégia GAM nos CAPS.

Com base em (i) pressupostos orbitais à ideia de uma construção e modulação do “eu”, enquanto uma configuração de relação consigo mesmo e com o mundo; (ii) conforme formas singulares de subjetivação em contextos históricos e culturais específicos; a abordagem proposta cria condições para uma reflexão sobre o estatuto do sujeito a partir da teoria antropológica e do trabalho de campo, realizado nos CAPS e no grupo de formação para condutores GAM.

Para condução do meu trabalho de campo nos CAPS, utilizo a observação participante junto à cartografia baseada em desenho como referencial metodológico e instrumento que possibilita acessar experiências ligadas aos itinerários terapêuticos e cotidiano dos sujeitos, passando por percepções sobre práticas auto reflexivas às diferenças no modo de experiência no mundo.

Ao propor o desenhar mapas em intensidade da experiência vivida e experimentar o desenho como exercício criativo e etnográfico, pretende-se também a reflexão acerca dos regimes de visualidade na teoria antropológica de modo coextensivo às maneiras de perceber o mundo que dão consistência ao sujeito. Por meio da experimentação do desenho e dos mapas, a pesquisa etnográfica é composta enquanto textualidade implicada em arte. A tarefa torna-se, então, explorar as modalidades de relação consigo, com o outro e as diferentes formas de experimentar e perceber a produção desses processos, delineados para além do modelo de sujeito individualizado que se normatizou como universal.

O uso dos mapas em desenho surge com a finalidade de rastrear os procedimentos por meio do qual o sujeito relaciona-se com acontecimentos e o modo como os afetos e percepções de si são compostos, de modo a estabelecer percursos não

lineares, mas em intensidade, da experiência vivida. O desenho em intensidade, acerca das experiências, não tem a intenção de investigar e resolver verdades ou de procedimentos preestabelecidos, mas a construção de mapas para um movimento de fazer-com acerca de relações, trajetórias, continuidades e rupturas, na multiplicidade espaço-temporal, isto é, os movimentos micropolíticos onde a constituição dos sujeitos está em questão.

O argumento acerca da incessante produção de subjetivação, de modo coextensivo às forças que atravessam e constituem o campo social e coletivo é mobilizado de maneira crítica a ideia de sujeito absoluto, o “eu” definitivo, único, dotado de razão e individualizado que se normatizou como universal e como problema tanto na Filosofia, quanto nas Ciências.

Tratar do sujeito significa regressar às diferentes formas como a Sociologia e a Antropologia abordam a questão da individuação, ou seja, o modo como são pensados os indivíduos e sua configuração em contextos sociais, sistemas culturais e históricos específicos. As situações observáveis e os desenhos são estabelecidos em regime de igualdade epistemológica implicada em uma forma de pensar o mundo deslocada do ponto de observação como ponto de partida, mas mobilizada pelo tempo do olhar e pela incerteza.

Partirei desta regressão para situar brevemente o sujeito nas ciências sociais, especialmente a categoria central da etnologia de Mauss (1938), a “noção de pessoa”, para colocá-la em perspectiva em contextos Psi, deste modo provocar um alargamento da noção no sentido de configurações não lineares e abertas de pessoa. Em seguida, irei apresentar o desenho em intensidade no trabalho de campo, como modo de abordar a noção de pessoa e a experiência vivida, e assim, dar lugar ao que constitui o argumento focal do texto: a experiência em contextos terapêuticos que configura uma noção de pessoa autônoma.

Para tanto, este texto ensaístico situa brevemente alguns momentos que criam possibilidade de compreensão da relação entre os conceitos centrais, o contexto e a metodologia proposta para realização do trabalho de campo etnográfico. Subdivide-se em três momentos ou subtemas que ajudam a realizar a compreensão do texto:

- 1 Breve panorama sobre os CAPS e a estratégia GAM;
- 2 Noção de pessoa na teoria antropológica e modos de subjetivação *Psi*;
- 3 Cartografia (mapas em intensidade) e a construção da pessoa autônoma.

Sobre o sujeito, noção de pessoa e os modos de subjetivação

As questões relacionadas à subjetividade geralmente são compreendidas como referentes a sujeitos definidos e definitivos em relação à sua interioridade. Essa interioridade representa um modo único e relativo de percepção, oposto à exterioridade e à objetividade. Essas duas acepções estão diretamente relacionadas à minha pesquisa em nível epistemológico e metodológico. Como abordagem de pesquisa acadêmica, os processos que moldam os sujeitos e suas experiências se tornam objeto de estudo por meio dos enfoques cartográfico e etnográfico.

É relevante, no que concerne ao desenvolvimento da apreensão das questões no trabalho de campo, considerar que cada indivíduo trilha um caminho pessoal, sem necessariamente marcar uma origem ou um ponto de partida. Em vez disso, esse percurso é moldado como uma temporalidade, composta por experiências descentradas. Esse percurso, inevitavelmente, se constitui em situações que refletem as modalidades de experiência nas quais foram produzidas. A multiplicidade de vivências e acontecimentos que contribuem para a construção do que consideramos serem as experiências constitutivas de nossa própria vida, envolve a ideia de que o conjunto denominado ‘minha experiência pessoal’ pode ser interpretado como uma busca por pela decifração de si mesmo. Essa preocupação é expressa por Foucault na forma das perguntas: “Como se produz o indivíduo?” e, no posterior descentramento para a questão: “O que pode o indivíduo fazer com o que dele foi feito?”

Neste texto e em minha pesquisa, optei por abordar a subjetividade conforme Sherry Ortner (2007, p.376) a situa: “conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes... da mesma forma, às formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento, etc.” Desta maneira, a autora enfatiza a noção de subjetividade como construção social e histórica, intrinsecamente ligada às formações culturais do capitalismo tardio e aos estados internos dos sujeitos atuantes.

O argumento em prol da subjetividade e dos processos de subjetivação assume o papel de hipótese axial em minha pesquisa. Considerar o não universalismo/racionalismo do sujeito possibilita conduzir a análise em direção aos modos diferenciais de *pessoa* e, conforme sugerido por Luiz Fernando Dias Duarte (1986), às diferentes formas de experiência no mundo. Além disso, segundo João Biehl

(2020) e sua antropologia do devir, a *pessoa* é uma dimensão inacabada, que torna-se algo “distinto por meio de relações, coisas, reivindicações, cuidado e imaginação”.

A Antropologia, a Sociologia, a Etnologia e a Filosofia têm se dedicado à reflexão sobre o sujeito, transformando-o em ponto de vista conceitual desde suas origens disciplinares. Michel Agier (2012) destaca que a noção de sujeito na antropologia tem raízes na filosofia política. Esse movimento de descentramento disciplinar permite ampliar os horizontes da antropologia, indo além das questões de identidade que historicamente permearam a disciplina. Esse deslocamento de perspectiva impulsionou a antropologia a considerar a emergência do sujeito nas situações observadas e observáveis, abrangendo diversas concepções associadas à noção de pessoa, espírito humano, *eu*, *self* e modelo do indivíduo moderno.

A partir da crítica feminista, o peso da subjetividade, segundo Sônia Maluf (2013), ganha contornos que conferem uma mudança na reflexão sobre a agência individual ou coletiva. De objeto, algumas questões passam a ser vistas como paradigma importante para a análise cultural. No debate antropológico o sujeito e a subjetividade passam a ser reivindicados como domínio da vida social.

A questão da *pessoa* é apresentada como categoria analítica do Sujeito na teoria antropológica, necessariamente, conforme lembra Márcio Goldman (1996), pela implicação à perspectiva etnológica de que o antropólogo deve ser capaz de diferenciar o modo pelo qual os grupos pensam as relações, suas instâncias e a forma pública dos fenômenos. É fundamental evitar projetar a própria noção de pessoa do antropólogo sobre os outros, evitando assim atribuir erroneamente um sentido universal e de valor associado à ideologia do individualismo à pessoa.

Para considerar os modelos analíticos da antropologia acerca da *pessoa*, Clifford Geertz (1926/2008) destaca o pensamento e as concepções sobre o ato de pensar como uma atividade pública. A perspectiva metodológica apresentada por Geertz para análise da relação entre a dimensão da experiência e a do pensamento na caracterização da *pessoa* expressa um fenômeno geral: como a vida humana é organizada de modo singular. O tempo, a conduta e as interações estão intrinsecamente ligados e adquirem sentido na definição de *pessoa* quando apreendidos em situações e propósitos práticos. Este modo de investigar formulações culturais sobre a *pessoa* orienta minha pesquisa e minha atividade em campo, pois somente através de interações com os acontecimentos próprios da dinâmica do grupo é possível descrever as singularidades relacionadas à configuração da *pessoa*.

Para Luiz Fernando Dias Duarte (2003), a relativização cultural da noção de *pessoa* “advém do procedimento canônico da comparação entre as culturas, com a conseqüente generalização de modelos analíticos que procuram fugir à determinação originária das representações da cultura ocidental moderna”. Esta perspectiva expõe o modo como vem sendo tematizada a categoria analítica do sujeito na teoria antropológica, bem como, o exercício de relativização em relação às implicações subjacentes aos ideários sobre o que constitui a individualidade. Em especial, considera-se as tradições que destacam a *pessoa* como um fato histórico, entendida como uma construção contínua e modular ligada a modelos éticos e culturais específicos, com ênfase atribuída à diferença e frequentemente pensada como atributo moral do sujeito moderno no que diz respeito aos processos de subjetivação.

A ênfase na diferença pode ser uma abertura para o campo propriamente antropológico na discussão do sujeito. Deste modo a questão não se restringe à definição singular do sujeito, como uma forma essencialista e transcendente de identidade. O problema da diferença possibilita ir além da identidade e da representação, pois permite ampliar o quadro relacional do sentido atribuído às noções de “pessoa” e de “indivíduo”. A diferença opera um movimento incessante de processos de subjetivação que tornam a emergência do sujeito possível em contextos específicos.

A partir da categoria analítica de noção de *pessoa* é possível investigar a subjetividade em configurações culturais e sociais específicas, a fim de reconhecer as próprias categorias como sendo social e historicamente construídas e não mais base de qualquer “unidade essencial” ou de construção de totalidades. Nesse sentido, retomar esta discussão é também um exercício de tentar encontrar continuidades, ligações e conexões insuspeitas em um complexo emaranhado.

A categoria analítica *Subjetividade* se desenvolve a partir da noção de *pessoa* e mobiliza criticamente alguns paradigmas clássicos da teoria antropológica. Seu objetivo é estabelecer conexões com outras epistemologias e, principalmente, ampliar as concepções tradicionais de indivíduo em diversos aspectos. Strathern (2014) argumenta que “é possível encontrar *pessoas* em todas as formas de vida”. Essa afirmação, no contexto da escala antropológica, rompe com a concepção ocidental de indivíduo e sociedade, ao apontar que uma *pessoa* completa, unitária e coerente é um projeto cultural específico do Ocidente. As premissas ocidentais de pensamento muitas vezes não consideram os conceitos e modelos diferenciados de experiência social. Nesse

sentido, Strathern amplia a concepção de pessoa ao explorar questões diferenciais sob a perspectiva de gênero.

Ao elaborar sobre o sujeito, no texto “A subalternidade como perspectiva”, Veena Das (1989) realiza uma análise crítica de algumas tradições antropológicas, com destaque para o estruturalismo de Lévi-Strauss. Ela aponta para a desconexão entre o sujeito pensante individual e o sistema de pensamento objetivado no processo de formulação do pensamento. Veena Das considera esse processo intrinsecamente carregado de subjetividade, tornando impossível que ocorra de maneira simultânea para vários sujeitos. Assim, ela afasta a dicotomia tradicional entre o sujeito e a instituição, questionando como é possível estabelecer uma relação de autenticidade que vá além do pensamento como mera representação e resultado da atividade dos sujeitos pensantes.

A partir da contribuição de Goffman e de Foucault acerca do poder nas estruturas da modernidade, Veena Das ressalta a centralidade dos momentos de contestação e mudança, onde “la clausura representacional que surge del pensamiento objetivado se rompe ahora violentamente” (Veena Das, 1989). Esta elaboração alarga a análise do sujeito com relação a forma com que experimentam a lei, a medicina, a burocracia, a polícia e a compreensão dos contextos em que se estabelecem modelos de “verdade”. Em outras palavras, Veena Das enfatiza a necessidade de considerar os momentos de ruptura e transformação para compreender a complexidade das experiências humanas e as relações de poder que permeiam esses contextos.

A tarefa torna-se, então, explorar as modalidades de relação consigo, com o outro e as diferentes formas de experimentar e perceber a produção desses processos, delineados para além do modelo de sujeito individualizado que se normatizou como universal. O caminho da investigação etnográfica das experiências, experimentações e vivências nos serviços e na vida derivados ou associados aos processos de autonomia, o que constitui um campo de problematização em que entram em questão tecnologias de poder sobre a vida, processos de subjetivação, ética etnográfica e modos de fazer-com antropológicos.

Ao recuperar análises acerca da construção moderna de *pessoa*, é possível identificar que, em diferentes conjunturas institucionais ao longo do séc XX e XXI, há uma produção de territórios existenciais relacionados aos regimes *psi*, que opera de maneira contínua ao estabelecer o sujeito e a mente como objeto central de uma ciência (Foucault, 2016), com esquemas que organizam a experiência da *pessoa* de modo a instituir um *eu* autoevidente (Rose, 2001), corporificado na *psique* (Vigarello, 2016),

implicado ao indivíduo como um valor moderno (Dumont, 1985) e, ainda, uma categoria do *eu* como existência individual. (Mauss, 1936/ 2023).

A ideia de investigar os processos que organizam a vida da *pessoa*, permite, dentro do contexto dos regimes *psi* compreendidos como o campo da “saúde mental”, delinear os fenômenos que subjetivam o sujeito de maneira proposta ou prescrita para o estabelecimento de uma biografia pessoal, ou para caracterizar um indivíduo singular. Essa concepção serve como base para a formulação de indagações sobre os sentidos que configuram a pessoa, os processos prescritos em relação a si mesmo e a construção de uma subjetividade individualizada, dentro de um contexto social e temporal específico.

Busco na reflexão sobre o subjetivismo *psi* direcionado ao sujeito, o sentido de *ethos* proposto por Clifford Geertz (1973/2008) Este *ethos* centrado na técnica terapêutica com carácter prescritivo em relação ao modo de perceber a vida, um estilo moral e estético concentrado na noção de indivíduo que se configura como um modelo de significados organizados em um tipo de educação sentimental.

Charles Taylor (1994 p. 649) sugere, em diálogo com Foucault, que “a terapêutica” conduz a percepção temporal, “à sensação de habitar uma faixa estreita de tempo, com um passado desconhecido e um futuro incerto”. Interessa, nos termos da “nossa relação com nós mesmos” (Foucault, 1988), o ser humano como campo de um problema histórico, não de forma substantiva, mas relacional, onde o *self* emerge como uma série de práticas e processos contingentes.

Desta perspectiva, a história das disciplinas são mais do que a história de um grupo de ciências particular, diz sobre os modos pelos quais “os homens têm regulado os outros e a si mesmos à luz de certos jogos de verdade... e intrinsecamente ligada à história de governo” (Rose, 2001) Rose entende governo no sentido que Foucault dá ao termo, “governo como modo de conceitualizar todos aqueles programas, estratégias e táticas para a condução da conduta, mais ou menos racionalizados para agir sobre as ações dos outros de maneira a alcançar certos fins (Foucault, 2002).

Sobre a GAM e os CAPS

Através da história da invenção do *eu*, em consequência a história da *pessoa* social, é possível elaborar a relação entre a emergência das disciplinas e as técnicas através das quais “as práticas da vida cotidiana podem ser organizadas de acordo com a

ética de uma singularidade autônoma” (ROSE, 2001). Formas de liberdade atravessadas pelas formas de invenção do indivíduo, estabelecem um regime de subjetivação, no qual os indivíduos são muito mais condicionados à obrigação da liberdade, segundo Rose, “entender e encenar suas vidas em termos de escolhas, sob condições que sistematicamente limitam, em tantas pessoas, as capacidades de modelar seus próprios destinos”, para além do ‘livres para escolher’.

Nesse sentido, uma série de práticas vinculadas à emergência disciplinar psiquiátrica e psicoterapêutica foi se estabelecendo de maneira contingente como o discurso científico legítimo de um aparelho institucional médico-legal destinado ao que se estabeleceu como saúde mental. Esses processos ocorrem na articulação da legitimação do controle do Estado sobre os sujeitos, estabelecidos através de instituições, leis e burocracias, junto à responsabilidade médica relacionada à individualização por meio de diagnósticos. Fenômeno social que constitui a emergência de instituições psiquiátricas próprias para certos modelos de sujeito.

A psiquiatria e a psicoterapia moderna surgem com um importante papel político, muito ampliado com relação a definição de que são apenas práticas que se preocupam com o diagnóstico e o tratamento de pessoas com transtornos mentais. Pode ser elaborada, seguindo a perspectiva de Foucault, como instrumento biopolítico de poder sobre as populações, resultado da combinação entre os modelos explicativos, derivados da medicina e da farmacologia científica, e o ponto de vista jurídico-legal.

A prática psiquiátrica predominantemente hospitalar, nos formatos de asilo, manicômio e hospital-colônia (afastados dos centros urbanos) passa a ser alvo de críticas, de modo sistemático um movimento contestatório começa a surgir na segunda metade do século XX³.

No Brasil, o paradigma da Redução de Danos, atualmente em curso como orientação terapêutica Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), integra os fenômenos sociais emergentes da mudança paradigmática que envolve a substituição e reforma da perspectiva médico-hospitalar-legal de internação, por um modelo de atenção psicossocial. Nesse novo modelo, o foco está na percepção da experiência subjetiva da pessoa considerada em sofrimento psíquico, no sistema público de saúde brasileiro.

³ Considero interessante perceber a mudança do mapa desta prática conforme a mudança do paradigma de tratamento. Pretendo explorar esse aspecto visual das concepções terapêuticas e de tratamento em Santa Maria na minha dissertação. Práticas asilares e de separação e práticas integrativas e as de abordagem comunitária.

Neste contexto, observar as aproximações, diferenciações e articulações entre modelos abstratos e ações relacionadas às mesmas categorias se torna relevante. Dentro desse raciocínio, a apreensão de termos modelares relacionados ao *Eu* ganha destaque. De acordo com Clifford Geertz (2008), o conceito de pessoa está intrinsecamente ligado à ideia de representação para si mesmo e para os outros. Especialmente, a associação dos saberes *psi* é considerada um atributo constitutivo e indissociável da *pessoa* moderna (Salem, Tânia. 1992). Relacionado à Redução de Danos, há dois marcos importantes:

- A inclusão, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com financiamento do Banco Mundial, da Redução de Danos como ação de combate às “epidemias” do HIV e do uso de drogas no início dos anos 1990. E posterior associação da Redução de Danos como política de saúde mental, consequência de um processo de reforma psiquiátrica que passa a considerar o social como espaço de intervenção, no campo da psiquiatria, para prevenção e tratamento, além da responsabilidade pelo cuidado e reabilitação psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
- No Brasil, em 2001: Lei n. 10.216 da Reforma Psiquiátrica- Insere as questões psíquicas no campo das políticas públicas de saúde coletiva, assim, consolida o novo modelo assistencial dos CAPS e a relativização do papel (ainda) hegemônico dos hospitais psiquiátricos no atendimento às questões relacionadas à saúde mental.

Em consonância com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, ideia presente na agenda global dos movimentos antimanicomiais desde os anos 1970, a GAM-Gestão Autônoma da Medicação surgiu nos anos 1990, no Canadá, como um movimento que se apresenta em prol da visibilidade à pluralidade de posições em face da medicação. Pauta o reconhecimento do direito ao consentimento livre e esclarecido para utilização de psicofármacos em usuários dos serviços direcionados à saúde mental, posição que ressalta a necessidade de compartilhar as decisões entre profissionais e usuários/pacientes no processo de tratamento ou acompanhamento psiquiátrico.

Através de um Livro Guia, chamado *GAM: Guia para o cuidado compartilhado de medicamentos psiquiátricos* (GAM, 2012)⁴, são organizados observatórios (grupos) para condução da gestão da medicação. O guia é considerado uma ferramenta para condução dos processos grupais. Inicialmente destinado a usuários com transtornos mentais graves, foi progressivamente articulado ao paradigma da Redução de Danos, como uma experiência de prática terapêutica para condução da utilização de psicofármacos, com ênfase na experiência dos usuários como sujeitos de direitos e no estímulo à noção de autonomia e protagonismo dos usuários, bem como o cuidado de si e do outro, a partir da participação ativa nos grupos GAM.

No campo da Reforma Psiquiátrica e dos dispositivos que dela fazem parte, é possível encontrar referências à ideia de autonomia desde as primeiras portarias instituídas no Brasil. De acordo com a portaria 106, datada em fevereiro de 2000, a autonomia social dos sujeitos "portadores de transtornos mentais com grave dependência institucional" se concentra na desinstitucionalização e reinserção na vida comunitária com a garantia de que seus direitos de cidadania também sejam restaurados.

A autonomia é parte constitutiva de um ideário da Reforma Psiquiátrica e tem na ideia de sujeito autônomo um dos pilares das políticas públicas destinadas à saúde mental no Brasil. Neste contexto, alguns duplos emergem, especialmente o duplo passivo/ativo na relação e nas práticas de cuidado. Retornando à discussão acerca do sujeito elaborada por Veena Das e Ortner, considerar as formações que modulam e organizam as experiências do sujeito com ênfase no modo como esse sujeito experimenta a relação com estas formações e com o poder, envolve considerar as práticas asilares, manicomiais e de lógica biomédica centrada no diagnóstico como um modo de modulação do sujeito, vinculada à um valor individualizante.

Nesse sentido, este texto surge como tentativa de investigar a construção da noção de pessoa "autônoma" dentro dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O foco recai sobre a fragmentação e a incerteza em relação ao sujeito, pois considerar o incerto é também atentar sobre "o ainda não pensado, ao que dialoga criticamente com a história e considera modos de existência abertos à improvisação" (Bateson, 1958), bem como a perspectiva de autonomia como um valor fundamental ao grupo. Esses elementos são analisados para compreender as configurações de *pessoa* que se manifestam em contextos terapêuticos específicos.

⁴ Guia disponível em:
<http://www.fcm.unicamp.br/fcm/laboratorio-saude-coletiva-e-saudemental-interfaces>

Além disso, considera-se que essas configurações estão de certa forma interligadas por meio de trajetórias compartilhadas nas relações interpessoais e nas instituições, nas saídas e entrelaçamentos de todos os tipos. Para descrever esta dimensão do processo etnográfico, João Biehl utiliza o termo "experimentadores de vida". Esse conceito reconhece o "poder de vivências imaginativas passadas e presentes - *arquivos insurgentes*, conforme as denomino - que persistem contra todas as probabilidades" (Biehl, 2020)

Refletindo sobre a constituição dos sujeitos, Judith Butler convoca o "relatar a si mesmo" como uma interpelação de valor ético. Em diálogo com Foucault, ela considera a história do Eu como uma relação com um conjunto de normas. Ou seja, no contexto das prescrições relacionadas à regimes de verdade é que se estabelece quais formações de sujeito são consideradas reconhecíveis.

Quando o "eu" busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse "si mesmo" já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o "eu" busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social (Butler, 2015 p.12)

No trabalho de campo nos CAPS, a estratégia da GAM possibilita perceber a experiência da constituição de si essencialmente pautada em práticas de cuidado e de estímulo ao protagonismo. A pessoa autônoma que emerge neste contexto difere-se da autonomia centrada nos valores do indivíduo único e auto-centrado, pois nas situações relatadas o tratamento envolve processos de produção criativa, de imaginação, e valorização de experiências subjetivas relacionadas às formas de experiência no mundo, como um modo de expressão de si não estigmatizadas.

A promoção de espaços como o programa na Rádio Universidade chamado: 'de perto ninguém é normal', onde os usuários do serviço elaboram pautas e realizam entrevistas quinzenais entre si ou com os profissionais dos CAPS e convidados, ou ainda a cooperativa de geração de renda 'Corre Das Arte', que promove uma rotina de produção e ampliação da circulação dos usuários na cidade, através de feiras, palestras, oficinas. O que aparece nestes contextos é a percepção antimanicomial de autonomia vinculada ao cuidado, ao trabalho, inclusão e circulação por grupos etc.

A discussão que acompanha a reflexão sobre a autonomia promovida pela estratégia GAM e pela Redução de Danos é parte da crítica antropológica acerca da

exclusão do saber do paciente na relação com a prática médica, com o uso de medicamentos e de seus projetos terapêuticos.

A saída da percepção de si centrada no diagnóstico e na experiência única de passividade com relação à doença (quando restrita apenas ao relato de seu sintoma) configura uma “construção social da pessoa” associada a compreensão da diferença nas formas de experimentar o mundo e na construção de nossa própria noção do *Eu*.

A experiência vivida mobiliza sentidos no modo de perceber as configurações de si e organiza práticas e valores que emergem como um *eu*. Mediante análise crítica acerca das configurações de pessoa e no modo como se apresentam os processos de produção de subjetividade experienciados no trabalho de campo, segue o desafio para a elaboração sobre o cuidado como um modo relacional que constitui a noção de pessoa autônoma nos CAPS. O primeiro caminho é indicado pela relacionalidade atrelada à crítica ao pressuposto da universalidade no que se refere à noção de pessoa ocidental.

Este fenômeno no trabalho de campo tem se tornando central para compreensão da experiência em saúde/doença mental e demarca um sentido divergente ao da ideologia do individualismo e do universalismo (especialmente biomédico). Diante da multiplicidade de acontecimentos intensivos, tratar da experiência não é como “dizer algo em nome próprio” ou como tomar a experiência em um ‘eu’ absoluto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGIER, Michel. Penser le sujet, observer la frontière. *L’Homme*, 203-204 | 2012, 51-75.

BIEHL, João. **Do incerto ao inacabado: Uma aproximação com a criação etnográfica.** MANA 26(3): 1-33, 2020

_____. **Antropologia do devir: psicofármacos — abandono social — desejo.** *Revista de Antropologia*. Vol. 51, No. 2, 2008.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** Ed. Autêntica. 2015

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas.** RJ: Zahar. 1986

_____. **Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença.** *Ciência e saúde coletiva*, 8(1): 173- 183. 2003

DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna.** 1985

- FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. SP: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. LTC, 1989
- _____. **Nova luz sobre a antropologia**. RJ: Zahar Ed. 2008
- GOLDMAN, Márcio. **Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa**. Revista De Antropologia, 39(1), 83-109. 1996
- GUIA DA GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO -GAM**. SERPA, Octavio et al. DSC/UNICAMP; AFLORE; IPUB/UFRJ; DP/UFF; DPP/UFRGS, 2012.
- MALUF, Sônia Weidner. **Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação**. Campos 14: 131-158, 2013
- MAUSS, Marcel. **“Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do eu”**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003
- ORTNER, Sherry. **Subjetividade e crítica cultural**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007
- ROSE, Nikolas. **Inventando nossos Selves: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SALEM, Tânia. **A despossessão subjetiva: Dos paradoxos do individualismo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1992
- SEEGER, DAMATTA, VIVEIROS DE CASTRO. **A Construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras**. Boletim do Museu Nacional, nº32, 1979.
- STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. SP: Cosac & Naify, 2014
- TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. SP: Loyola 1994
- VIGARELLO, Georges. **O sentimento de si: história da percepção do corpo, séculos XVI - XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016
- VEENA DAS, **La subalternidad como perspectiva**. en: Subaltern studies VI. Ed. Ranajit Guha. Oxford University Press, 1989.